

Os Comitês de Ética em Pesquisa dão conta de conflitos de interesses?

Marina Ferreira Rea*

Diversas têm sido as revistas e agências financiadoras de pesquisa que passaram a solicitar a seus pareceristas ou autores que declarem a existência de conflito de interesses no exame de um texto ou na sua autoria. Conflito de interesses se define como um conjunto de condições nas quais o julgamento do profissional (a apreciação feita sobre uma pesquisa ou sobre seu executor, ou sobre o texto) está influenciado por ligações que este profissional tem – concreta ou potencialmente – que podem levá-lo a favorecer ou desfavorecer o julgamento por interesses próprios.

Tais interesses podem ser de diversas ordens e não apenas financeiras, embora estas sejam em geral as mais óbvias. Óbvio também é o conflito existente quando se examina textos de companheiros de equipe, de mesma ideologia ou familiares. Mas, chega-se a ter conflito até com desconhecidos, quando hoje, por exemplo, sabendo-se que os recursos para pesquisa são tão escassos e dependentes de um bom currículo do pesquisador, os proponentes tornam-se concorrentes e, dessa forma, evitar que um colega publique pode ser entendido como uma vantagem. Portanto, aí pode existir conflito de interesses. Situações dessa natureza, com evidentes implicações éticas, merecem séria reflexão.

Os comitês de ética em pesquisa no Brasil e seu principal instrumento normativo de trabalho, a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), dão conta de apreciar conflitos de interesse? Parece-nos que esta questão necessita urgente debate da comunidade científica.

De acordo com GORNER (2002), editores de revistas médicas estimam que 95% dos pesquisadores que trabalham com drogas, verificando se estas são seguras ou funcionam, têm relações financeiras com companhias farmacêuticas. Assim, desde 1991, diversas revistas - New England Journal of Medicine, Journal of American Medical Association, British Medical Journal, etc - passaram a solicitar declarações de “não conflito de interesses” de seus autores. Mesmo os centros ou revistas que trabalham questões de bioética recebem contratos lucrativos de companhias biomédicas. Nos EEUU, o Centro para a Ciência e o Interesse Público (CSPI) pesquisou 89 dessas organizações e encontrou que apenas a Universidade de Pensilvânia possui uma política clara de visibilidade pública de quem financiou o autor (“disclosure”) e de potencial conflito de interesses.

O British Medical Journal, por sua vez, publicou em 2002 (CHAUDHRY et alii) um estudo randomizado sobre a repercussão da declaração de “conflito de interesses” e se esta interfere na percepção do leitor. Trezentos leitores do BMJ foram amostrados, metade dos quais receberam um artigo sobre dores causadas pelo ‘herpes zoster’ e sua repercussão na vida diária; o grupo 1 recebeu o

artigo como sendo de autores identificados com uma companhia farmacêutica e o grupo 2 como de autores ligados a um ambulatório médico. Os resultados mostraram que os leitores do grupo 1 acharam o estudo menos interessante, relevante ou menos válido que os do grupo 2. Embora os autores reconheçam que o estudo merece ser repetido com mais casos, nota-se que há uma preocupação na comunidade de leitores com a relação entre quem produz conhecimento e quem o financia. Ou seja, é preciso que o autor declare a quem está vinculado e que saibamos isso para apreciar melhor o que se afirma sobre determinado tema. Declarar quem patrocina o estudo é obrigatório quando da submissão de um projeto, conforme a Resolução 196/96. Mas isso dá conta da inexistência de conflito de interesses?

A criação dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) representa um avanço, comparando-se o tempo em que o pesquisador exercia uma auto-regulação ética com o momento atual, em que existe a possibilidade de controle social sobre pesquisas com seres humanos. Depois de um período de resistência aos CEPs, considerados instâncias burocráticas, os pesquisadores passaram a aceitá-los, mas conflitos de interesses têm mostrado que há que acompanhar-se os projetos, especialmente, conforme LORENZO (2002), devido, entre outras razões a: 1. supremacia de investimentos privados sobre os estatais levando a interferências nas prioridades de pesquisa; 2. pressões exercidas sobre o pesquisador para que capte recursos e aumente sua produtividade; 3. expansão de práticas como o pagamento do pesquisador por paciente incluído no estudo, além de vantagens financeiras para as instituições e as revistas; e 4. aumento de estudos multicêntricos em países ou instituições sem controle ético das pesquisas. Tudo isso implica a necessidade de avaliação ética contínua, para que se detectem potenciais conflitos de interesses surgidos no desenrolar da pesquisa. Ou os CEPs criam essa instância, ou o parecer exarado no início da pesquisa perde seu valor com o “imbroglio” - voluntário ou não - no qual o pesquisador pode ver-se envolvido durante sua execução.

Bibliografia:

- CHAUDHRY, S, SCHROTER, S, SMITH, R & MORRIS, J. Does declaration of competing interests affect readers perceptions? A randomised trial. *BMJ* 325: 1391-1392, 2002.
- GORNER, P. Top medical journals ease ethics policy. *The Chicago Tribune*, 13 June 2002.
- LORENZO, C. Avaliação contínua: o modelo canadense. *Cadernos de Ética em Pesquisa*, ano V, n.10: 17-21, 2002.

* Médica, Pesquisadora Científica e Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde.